



10 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 4 de junho de 2024

<b>Bolsas</b> Na segunda-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na segunda-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b> Comercial, venda na segunda-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,05% São Paulo	124.495 28/5 29/5 31/5 3/6	R\$ 5,234 (-0,32%)	R\$ 1.412	R\$ 5,705	10,40%	10,38%	Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38

**DESONERAÇÃO DA FOLHA** / Executivo precisará aumentar sua receita em mais de R\$ 26 bilhões em 2024 para compensar a continuidade do benefício fiscal. O aumento de tributos para cigarros está entre as alternativas avaliadas

# Fazenda apresentará pacote de compensação

» RAFAELA GONÇALVES  
» VICTOR CORREIA

A equipe econômica vai anunciar, hoje, o pacote de medidas de compensação para a renúncia fiscal da desoneração de 17 setores da economia e de prefeituras. O governo precisará aumentar sua receita em mais de R\$ 26 bilhões em 2024 para compensar a continuidade do benefício fiscal, que terá um fim gradual nos próximos anos.

Após reunião, ontem, no Palácio do Planalto, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e articuladores do governo, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que, depois da apresentação, por parte do Ministério da Fazenda, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), deve protocolar ainda nesta semana o relatório do projeto de lei que trata da desoneração.

O petista é o relator da proposta que incorporou o acordo feito entre o Executivo e o Congresso para manter os benefícios neste ano. "Nesta semana ainda, fecha-se a proposta de compensação. O Ministério da Fazenda está fazendo análises finais, discutimos um pouco isso com os líderes. Nos próximos dias, entre amanhã e quarta-feira, deve sair a proposta para ser apresentada pelo relator Jaques Wagner", disse Padilha a jornalistas.

Interlocutores afirmaram que o aumento do preço mínimo do cigarro no país estaria entre as medidas previstas pela equipe econômica para compensar uma parte da perda de arrecadação. O ganho fiscal com a medida seria de cerca de apenas R\$ 3 bilhões, representando uma pequena parte do montante total do adicional que precisa ser arrecadado.

Atualmente, o preço mínimo no país está em R\$ 5 por carteira contendo 20 unidades de cigarro. O aumento do preço ampliaria a arrecadação de tributos que incidem sobre o produto, como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Pis/Cofins, tributos federais destinados a empresas. O aumento desses impostos vai em linha com o

novo Imposto Seletivo (IS), previsto na reforma tributária. A tributação adicional será destinada a bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, com o objetivo de inibir o consumo.

Outra pendência da equipe econômica, o segundo projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária também será apresentado hoje pela Fazenda, com definições sobre a atuação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da distribuição de suas receitas entre os entes federativos. A reforma foi fatiada em três projetos distintos, esta segunda parte deveria ter sido entregue pelo governo na primeira quinzena de maio. Ainda está pendente a terceira parte, que tratará apenas do Imposto Seletivo.

## Mover

O ministro de Relações Institucionais também afirmou que a pauta prioritária do governo no Congresso nesta semana inclui a votação do projeto que regulamenta o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que prevê taxaço de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50, no Senado, além da Medida Provisória (MP) do Acredita, programa de concessão de crédito, na Câmara dos Deputados.

Segundo Padilha, o governo vai trabalhar para manter o acordo firmado na Câmara, que inclui os incentivos para o setor automotivo propostos pelo governo e a cobrança de 20% de imposto de importação sobre o e-commerce estrangeiro, que atinge sites asiáticos como Shein, Shopee e Aliexpress.

Ele sinalizou que outros "jabutis" — jargão do Legislativo para trechos que pegam carona no projeto original sem relação direta com a pauta, com o objetivo de serem aprovados sem alarde — podem ser vetados por Lula, como a exigência de um percentual mínimo de conteúdo local nas atividades de exploração de petróleo e gás.

"Se for possível, nos dedicaremos a um ajuste de redação, porque não precisa voltar para a

Washington Costa/MF



Ministério apresentará as medidas para compensar a desoneração da folha de pagamento para 17 setores

Câmara. Ou, uma outra estratégia possível é deixar muito claro que não há qualquer tipo de compromisso de sanção por parte do governo", declarou Padilha.

## Derrotas no Congresso

O ministro minimizou as derrotas recentes do governo no Congresso. Para ele, não houve surpresas na sessão que derrubou vetos do presidente Lula na semana passada. Ele argumentou ainda que o governo não sofreu derrotas em pautas prioritárias, como

a política econômica e social, e que a decisão de vetar o trecho da lei que proibia as "sadinhas" para presos foi importante para "fazer o debate" sobre o tema.

"Nada do que aconteceu nessa sessão do Congresso surpreendeu os articuladores políticos do governo. Nada. E nós fizemos o debate, porque esse debate é necessário ser feito. É muito raro um time ser campeão de um torneio sem ter algum tipo de derrota, o que você não pode é perder o mata-mata, perder a final", disse Padilha.

"Nós não vamos perder o mata-mata. Não estamos sendo derrotados naquilo que é essencial para a recuperação econômica e para a recomposição das políticas sociais no país", completou.

Participaram do encontro no Planalto, que durou mais de uma hora, os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), além de Padilha e dos secretários-executivos da Casa Civil, Miriam Belchior, e da Fazenda, Dario Durigan

## Taxação dos super-ricos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, embarcou na tarde de ontem para uma visita oficial ao Vaticano e Roma, na Itália. O encontro com o Papa Francisco abordará a taxaço de grandes fortunas, proposta apresentada pelo Brasil na presidência do G20, considerada pelo governo importante para a agenda de combate à desigualdade e ao equilíbrio fiscal.

Haddad espera ter o apoio emblemático do pontífice para a taxaço dos "super-ricos" em nível internacional. Além do encontro com o papa, o ministro participa do workshop "Enfrentar a crise da dívida no Sul Global", promovido pela Pontifícia Academia de Ciências Sociais, ligada à Santa Sé.

A proposta de taxaço internacional levantada vem sendo discutida no âmbito do G20, grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia e a União Africana. Países como França, Espanha, Alemanha e África do Sul já sinalizaram apoio ao projeto, em que os multimilionários teriam de pagar, todos os anos, impostos no valor de pelo menos 2% da sua riqueza total.

"A taxaço de grandes fortunas, um dos temas prioritários da trilha financeira do G20, é vista como uma medida essencial para reduzir a desigualdade econômica global. O Brasil, sob a presidência do G20, tem defendido a implementação de políticas fiscais mais justas, que garantam uma distribuição equitativa da riqueza", disse a Fazenda em nota, ao destacar o papel do Papa como "defensor vocal da justiça social e da responsabilidade econômica".

A luta contra a crise climática, com foco para a atual situação do Rio Grande do Sul, também está entre os temas tratados pelo chefe da equipe econômica, que também deve se encontrar com ministros das Finanças de outros países. De acordo com a Fazenda, Haddad já tem marcado um encontro bilateral com o ministro da Economia da Espanha, Carlos Cuerdo. O retorno do ministro para o Brasil está previsto para esta quarta-feira. (RG)

## IMPORTAÇÃO

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Previsão é de importar até 300 mil toneladas de arroz

# CNA contra a importação de arroz

» RENATO SOUZA

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) ingressou, ontem, com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do governo federal de autorizar a importação de arroz. A medida adotada pelo Executivo visa impedir aumento exorbitante dos preços — e até mesmo a falta do grão — em meio a tragédia climática no Rio Grande do Sul.

A entidade pede, entre outras medidas, a suspensão do primeiro leilão público da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), marcado

para esta quinta-feira, para a compra do arroz importado e pede explicações ao governo sobre a medida.

Segundo a CNA, a importação pode afetar o setor produtivo "com potencial de desestruturá-la, criando instabilidade de preços, prejudicando produtores locais de arroz, desconsiderando os grãos já colhidos e armazenados, e, ainda, comprometendo as economias de produtores rurais que, hoje, já sofrem", em referência à tragédia no Rio Grande do Sul.

A previsão é de que ocorra a importação de até 300 mil toneladas de arroz, safra 2023/2024.

O produto deverá ser entregue até o próximo dia 8 de setembro, conforme edital publicado pela Conab. O edital define também que o produto deverá ter aspecto, cor, odor e sabor característico de arroz beneficiado polido longo fino tipo 1.

É proibida a aquisição de arroz aromático. O grão deverá estar acondicionado em embalagem com capacidade de 5kg, transparente e incolor, que permita a perfeita visualização do produto e com logomarca.

Na ação encaminhada ao STF, a CNA ressalta que 84% da área plantada do estado gaúcho foi efetivamente colhida antes do

início das chuvas e destaca que não existe o risco de desabastecimento. Outra alegação é de que os produtores não foram ouvidos pelo governo antes que a medida fosse anunciada.

"Não só os sindicatos locais, mas também a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) e a própria CNA detêm informações técnicas relevantes e dados de produção e colheita do arroz que demonstram que o risco de desabastecimento não existe e que a política de importação do arroz se revelaria desastrosa e contrária ao funcionamento do mercado", argumenta a entidade.